Ano XI - Nº 4.660

Quinta-feira, 10 de Dezembro de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Câmara debate situação dos ciclistas em Salvador

Audiência pública foi requerida pelo vereador Everaldo Augusto

Foto: Antonio Queirós



O vereador Everaldo Augusto (PCdoB), autor de 22 projetos para ciclistas, afirmou que, nos últimos cinco anos, triplicou o número de pessoas que usam a bicicleta como meio de transporte, mas ainda é preciso atenção do poder público. "É necessário que as autoridades tomem medidas para facilitar esse transporte e garantir a segurança dos ciclistas, medidas relacionadas ao próprio trânsito e cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro", disse. **Leia mais na página 3**



Foto: http://2.bp.blogspot.com/

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Posto de saúde é reinaugurado no Saboeiro

Na ocasião, o vereador Euvaldo Jorge parabenizou o trabalho realizado pelo prefeito ACM Neto

O vereador Euvaldo Jorge (PP) participou na sexta-feira (4), da reinauguração do 11º Centro de Saúde Dr. Eunísio Coelho Teixeira, no Saboeiro. O vereador aproveitou a ocasião para parabenizar o trabalho realizado pelo prefeito ACM Neto. "O prefeito vem batendo todos os recordes quando o assunto é inauguração e reforma de unidades de saúde da capital. Isso significa que a população que depende do SUS está mais assistida, com a possibilidade de realizar mais exames e consultas preventivas, evitando a superlotações de hospitais", disse.



Foto: Assessoria do vereador

Durante o evento, Euvaldo também foi elogiado pelo prefeito ACM Neto. "Graças a vereadores como Euvaldo Jorge, que buscam melhorias para a cidade, nós temos conseguido obter bons resultados no trabalho diário. São eles que estão perto da população, recebendo as queixas e levando até nós, na prefeitura, para buscar a solução", afirmou o prefeito.

O posto, construído há 35 anos, inicialmente pertencia ao governo do estado, sendo municipalizado em 1998. A unidade oferece as especialidades de clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia, serviços de odontologia, dispensação de medicamentos, realização de curativos e coleta de exames laboratoriais.

Vereador analisa números de desenvolvimento socioeconômico

Gilmar Santigo pede reflexão sobre posição de Salvador, 23ª do ranking, a partir de dados do IFDM

O vereador Gilmar Santiago (PT) considera que o resultado do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), ano-base 2013, edição de 2015, que mostra Salvador como a 23ª capital no ranking de desenvolvimento socioeconômico, aponta para a necessidade de uma reflexão mais contundente sobre as práticas da atual gestão.

"Nada mudou até agora, continuamos a ser a capital do desemprego e curiosamente, em 2013, o Tribunal de Contas dos Municípios encontrou vários contratos sem licitação que somam mais de R$ 115 mil, e permanecemos sem explicações", observa o vereador.

Gilmar assinala que foram divulgados no Diário Oficial do Município dois contratos com altos valores para artistas locais. Um de R$ 180 mil, no dia 3/12, para o cantor Saulo Fernandes se apresentar na programação do Réveillon, e outro (dia 2/12), no valor de R$ 30 mil, para a banda Babado Novo na festa de Nossa Senhora da Conceição.

"Não somos contra a promoção de festas nem queremos desvalorizar nossos artistas, mas temos que priorizar o desenvolvimento socioeconômico da nossa população, as urgências dos mais pobres são as mesmas de há quatro anos", acrescenta.

Conforme observa o vereador, a pesquisa colocou Salvador como a 1.704ª posição no ranking nacional. "E continuamos com péssimos índices de educação, saúde e geração de emprego e renda; o prefeito ACM Neto deveria ter atuado na capacitação profissional das populações mais pobres, investir em educação fundamental; não temos creches na nossa capital, e a saúde municipal está uma calamidade", considera.


Foto: Reginaldo Ipê

Vereador Gilmar Santiago critica contratação de shows sem licitação

Audiência pública debate segurança para ciclistas

Segundo Everaldo Augusto, nos últimos cinco anos triplicou o número de ciclistas em Salvador

A Câmara Municipal realizou na tarde de sexta-feira (4), uma audiência pública para debater sobre segurança para os ciclistas de Salvador. O evento aconteceu no auditório do Edifício Bahia Center, e foi requerido pelo vereador Everaldo Augusto (PCdoB).

Segundo o vereador, autor de 22 projetos para ciclistas, nos últimos cinco anos triplicou o número de pessoas que usam a bicicleta como meio de transporte, mas ainda é preciso atenção do poder público. "É necessário que as autoridades tomem medidas para facilitar esse transporte e garantir a segurança dos ciclistas, medidas relacionadas ao próprio trânsito e cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro", disse Everaldo.

Fotos: Antonio Queirós





Evento aconteceu no auditório do Edifício Bahia Center

Ainda de acordo com o edil, além de segurança no trânsito, é necessário segurança física, porque tem aumentado o número de roubo de bicicleta na cidade.

O coordenador de Segurança e Educação para o Trânsito do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-BA), Eliezer Cruz, apresentou a campanha educativa "De Boa no Trânsito" para o verão 2015/2016, e informações do Grupo de Trabalho (GT) de Ciclismo da Bahia. Entre as ações do GT estão a realização de passeios; inclusão de conteúdos relacionados ao ciclismo; fiscalização de ciclovias; inclusão de bicicletário; realização de evento técnico sobre ciclismo; realização da Copa Brasil de Bicicross; e espaço para bikes nos vagões do metrô.

"Todas as ações que foram apresentadas tem como foco mais segurança para os ciclistas. Mas nós também precisamos preparar a sociedade, é preciso ter mais respeito com ciclista", ressaltou Eliezer.

O ciclista Jorge Guerreiro destacou as dificuldades enfrentadas por quem utiliza a bicicleta como meio de transporte. "Nos que andamos diariamente de bicicleta passamos por diversas situações de risco, com fechadas de todos os tipos de veículos, principalmente de ônibus". Ainda segundo Guerreiro, é preciso mais ações educativas para os motoristas de ônibus.

Além de Everaldo Augusto, Eliezer Cruz e Jorge Guerreiro, a mesa do evento também foi composta pelo integrante do Movimento Pedala Feira, Mateus Mônaco.

Vereador parabeniza professores da Escola Francisco de Sandi

Projeto "Abarés do Brasil", segundo Malassombrado, foi premiado em concurso no Nordeste

O Projeto de Diversidade Abarés do Brasil, realizado por alunos da Escola Municipal Francisco de Sandi, localizada em Alto de Coutos, no Subúrbio Ferroviário, coordenado pelas irmãs professoras Josemeire e Josemara Batista da Silva, foi premiado em concurso que envolveu escolas municipais de estados nordestinos, conquistando o primeiro lugar na categoria pré-escolar. O vereador Vado Malassombrado (DEM) parabenizou as professoras pela vitória: "Esta escola tem um quadro de funcionários e professores dedicados, competentes, que trabalham com empenho por uma educação de qualidade".

Ele explica que o título Abarés do Brasil significa, em português, "amigos da gente ou amigos da nossa Terra". Ao apresentar o tema, Malassombrado diz que as professoras destacaram a importância e influência dos africanos e dos índios, desde a época do descobrimento até os dias atuais.

Recentemente, segundo o vereador, a Prefeitura de Salvador demoliu o antigo prédio onde funcionava a Escola Francisco de Sandi e transferiu os alunos para um contêiner instalado pela SMEC. Independentemente da premiação, Malassombrado destaca também o empenho e a dedicação dos funcionários terceirizados, especialmente a funcionária Patrícia dos Santos Oliveira, que além de auxiliar a diretoria colabora com os trabalhos pedagógicos dos professores e é querida pelos alunos.

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Vado Malassombrado

"Trata-se de um grupo unido que tem como gestoras uma vice-diretora, a guerreira Ana Beatriz Nascimento Santos, conhecida como "pró Bia", e a carismática diretora Letícia Macedo", elogiou o vereador.

Microcefalia é tema de audiência na Câmara nesta quinta

Vereadores Leo Prates e Duda Sanches vão conduzir o debate no Centro de Cultura



Vereador Leo Prates

A microcefalia será tema de uma audiência pública, nesta quinta-feira (10), às 10h, no Centro de Cultura. A atividade foi requerida pelos vereadores Leo Prates (DEM), presidente da Comissão Especial em Defesa das Pessoas com Deficiência, e Duda Sanches (DEM), presidente da Comissão de Saúde, e contará com a presença de Manuel Sarno, professor de medicina da UFBa e especialista no tratamento da doença.

A Bahia contabiliza 180 casos da doença e já é o terceiro estado do país com pacientes notificados pelo Ministério da Saúde. Microcefalia é uma malformação congênita, que faz com que o cérebro do bebê não se desenvolva de maneira adequada. Eles nascem, então, com o perímetro cefálico menor que o normal, que é superior a 33 centímetros. Uma das sequelas mais comuns é o retardo mental.

"Luto pela melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência e, neste caso, acredito que a audiência pública terá papel fundamental nas discussões acerca da descoberta da causa da doença. Não podemos deixar que esse número aumente. É preciso ter um cuidado especial com as mães", afirmou o vereador.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereador Duda Sanches

Vânia Galvão tem mais dois projetos aprovados pela Câmara

Propostas da vereadora beneficiam desempregados e cidadãos em situação de rua

A Câmara Municipal de Salvador aprovou, na sessão da quarta-feira (2), dois projetos de autoria da vereadora Vânia Galvão (PT), que contribuem para a redução do desemprego e inclusão social em Salvador. Um projeto de resolução voltado para a empregabilidade da população em situação de rua. Outro de indicação, em coautoria com o correligionário Gilmar Santiago, propõe gratuidade no transporte coletivo a profissionais desempregados, por um período de 90 dias. O disposto solicita ao prefeito ACM Neto a elaboração de estudos técnicos no sentido de viabilizar a implantação do Bilhete Especial do Desempregado.

Conforme destacam os vereadores, a elaboração deste projeto de indicação



Vereadora Vânia Galvão

teve como exemplo o decreto publicado pelo prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, no último mês de novembro, que estabelece a gratuidade no transporte coletivo a desempregados.

Conforme Vânia Galvão, o bilhete especial será um benefício concedido pela prefeitura a desempregados que trabalharam por pelo menos seis meses no último emprego com carteira assinada e foram demitidos sem justa causa. "O benefício incentiva o cidadão a buscar novo trabalho sem ter de se preocupar com os custos de sua locomoção", observou. O trabalhador deverá solicitar o bilhete com prazo mínimo de um mês e máximo de seis meses, contados da data da demissão.

Vegas reservadas

Já através do projeto de resolução, a vereadora Vânia Galvão propõe o estabelecimento de um percentual da totalidade dos postos de trabalho nas licitações que prevejam a utilização de mão de obra terceirizada, para preenchimento por pessoas em situação de rua assistidos por instituições credenciadas.

A vereadora apresentou a mesma proposta ao secretário estadual de Administração, Edelvino Filho, em seu gabinete, no Centro Administrativo da Bahia, no mês passado, para avaliação da possibilidade de implantação da proposta também nas licitações do Estado.

"Esta é uma alternativa voltada para a inclusão social bem como vai colaborar com a redução desemprego em Salvador e na Bahia, no caso de sua aplicabilidade", observou. Vânia também dialogou com o reitor da Universidade Federal da Bahia, o professor João Carlos, que se interessou pela proposta.

Primeira audiência do PDDU movimenta Câmara no dia 16

Debate no Centro de Cultura, a partir das 8h30, abordará Fundamentos e Diretrizes da lei urbanística

No próximo dia 16 (quarta-feira), às 8h30, no Centro de Cultura, a Câmara Municipal inicia a série de audiências públicas para discutir o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador. O calendário inicial prevê 16 audiências até abril de 2016.

O presidente da Casa, vereador Paulo Câmara (PSDB), fará a abertura do debate público.

Nessa primeira audiência, o tema do debate será Fundamentos, Princípios, Objetivos e Diretrizes da Política Urbana do Projeto de Lei nº 396/2015 do PDDU (disponível no Portal Transparência www.cms.ba.gov.br). Para facilitar o entendimento da matéria, os debates com a sociedade em geral foram divididos por temas, possibilitando uma ampla discussão do conteúdo.

Fotos: Reginaldo Ipê



Presidente Paulo Câmara abre audiência do PDDU, dia 16

Emenda de Claudio Tinoco amplia PIDI para orla de Salvador

Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação foi aprovado pela Câmara



Vereador Claudio Tinoco

O vereador Claudio Tinoco (DEM) apresentou, na tarde de quarta-feira (2), na Câmara Municipal de Salvador, emenda ao Projeto de Lei nº 268/2015, que amplia a abrangência do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (PIDI) para a orla de Salvador, num trecho compreendido entre Ondina e Stella Maris. Essa medida promoverá o estímulo à restauração, reforma, conservação e ocupação de imóveis com valor econômico, histórico e cultural relevantes, como hotéis, pousadas, teatros, bares e restaurantes.

"Salvador está recuperando a sua orla e não podemos aceitar que imóveis de grande relevância econômica, assim como imóveis que se encontram degradados e incompatíveis com o processo de requalificação urbanística promovido pela prefeitura, fiquem de fora do processo de estímulo à recuperação dessas áreas", declarou Tinoco.

O Projeto de Lei, junto com a emenda, foi aprovado na sessão da quarta-feira passada e irá para sanção do prefeito ACM Neto. Segundo o vereador, "a expectativa é grande, uma vez que o PIDI chega para incrementar a atividade produtiva na nossa cidade, num momento em que setores como a hotelaria e outros serviços turísticos, bem como o comércio em geral, necessitam de incentivo para superar os desafios impostos pela crise econômica que o Brasil atravessa".

Matéria do Executivo

De autoria do Executivo Municipal, o Projeto de Lei nº 268/2015, aprovado na Câmara Municipal, cria o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação para empreendimentos não residenciais e de uso misto, a serem implantados, reformados ou ampliados nos sítios compreendidos nos perímetros delimitados no anexo da lei, localizados inicialmente nas regiões da Península de Itapagipe, Comércio, Centro Histórico e Barra.

O PIDI terá a duração de dez anos, contados a partir da publicação da lei. Os valores global e anual de incentivos do PIDI serão, respectivamente, de até R$ 500 milhões e até 1% da Receita Corrente Líquida do Município realizada no exercício anterior. Para o ano de 2016, está estimada a renúncia fiscal de R$ 15 milhões decorrente do disposto no projeto de lei.

Os incentivos fiscais instituídos pela lei ficam limitados, por projeto aprovado, a, no máximo, 50% do investimento comprovadamente realizado. Os incentivos fiscais instituídos pela lei serão obtidos na forma da emissão de Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico Sustentável e de Inovação (Cidei). A utilização do Certificado de Incentivo fica condicionada à emissão de Termo de Conclusão do Investimento e de Liberação de Uso do Cidei.

O Cidei será emitido em nome do investidor, pessoa física ou jurídica, sendo permitida a cessão de sua titularidade, a qualquer tempo, na forma da legislação civil. O titular do Cidei, a seu critério, poderá utilizá-lo para promover o pagamento dos seguintes tributos municipais: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Foto: Internet



CÂMARA MUNICIPAL

ATA

67ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR HENRIQUE CARBALLAL (*ad hoc*)

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLAUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrição. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 419/15 do vereador José Trindade, 420/15 do vereador Odiosvaldo Vigas, 421/15 do vereador Arnando Lessa, 422/15 do vereador Claudio Tinoco, 423/15 do vereador Paulo Câmara, 424/15 do vereador Sílvio Humberto, 425 a 427/15 do vereador Alberto Braga e 428/15 do vereador Everaldo Augusto; Projetos de Indicação n.s 540/15 da vereadora Vânia Galvão, 541 e 542/15 do vereador J. Carlos Filho e 543/15 da vereadora Cátia Rodrigues; e Moção n. 61/15 do vereador Everaldo Augusto. Terminada a leitura do Expediente, nos **Registros**, ocupou inicialmente a Tribuna o vereador Orlando Palhinha, que informou licitação da Prefeitura para obras em Periperi, no valor de 24 milhões de reais, que beneficiarão 340 famílias carentes e farão a chamada "Cidade de Plástico" se transformar na "Comunidade Zeferina". Disse que acompanhou secretários em levantamento realizado na área para verificar necessidades, e que se trata de uma promessa de campanha sendo cumprida. Comparou esta ação à de outros gestores, que desapropriam imóveis para favorecer a construção de arranha-céus. O vereador Geraldo Júnior contou ter recebido moradores da região de Jaguaribe para tratar do andamento das obras do Baixo Trobogy. Explicou que essas obras, que recebem 92 milhões de reais do Governo Federal e uma contrapartida de quase 6 milhões da Prefeitura, encontram-se paradas desde maio, inclusive com relação ao revestimento lateral dos rios da região. Pediu apoio aos edis para solucionar a questão, que considerou acima de posições político-partidárias. O vereador Leandro Guerrilha parabenizou a Prefeitura pela inauguração do Shopping Cajazeiras, que considerou um benefício para a comunidade. Comentou sobre o posto de saúde do bairro de Saboeiro que seria reaberto e pediu apoio dos colegas para a votação do projeto *Família Acolhedora*, destacando sua importância para os jovens e para ajudar as famílias a se manterem unidas. O vereador Edvaldo Brito disse ter recebido no dia anterior, em seu Gabinete, uma pauta de votação para este dia, e ter recebido, neste dia, outra pauta, sobre a qual afirmou não entrar em acordo em razão de nela constar Projeto sobre o qual desejava se pronunciar. Disse ainda que, se o conteúdo constante da Mensagem 17 continuasse da mesma forma, não contariam com sua lealdade, afirmando que, embora sua intenção fosse louvável, ele feria a Constituição Federal (CF) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ressaltou a responsabilidade cabida também aos edis e contou ter feito anotações, das quais falaria caso o Projeto viesse a ser apreciado. Lembrou que o conteúdo da Mensagem 11 trata de renúncia fiscal, considerou que ele também feria a LRF e antecipou seu voto contrário. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior registrou a presença de Erick Parrudo, campeão do *Jungle Fight 82*, e propôs que fosse criado um auxílio-esporte para atletas de alto impacto. Em comunicação inadiável, o vereador Moisés Rocha rendeu homenagens à Câmara Municipal de Salvador por ter instituído, em 1940, através do ex-vereador Luiz Monteiro, o Dia do Samba, e registrou a realização de Sessão Especial, no dia anterior, para comemorar a data e os 40 anos do Bloco Alvorada. O vereador Henrique Carballal associou-se ao vereador Moisés Rocha quanto à luta pelo samba. Criticou a situação da Feira Internacional da Agropecuária (Fenagro), afirmando ser um grande evento cuja estrutura é precária, o que acabou vitimando um cavalo devido a uma descarga elétrica. Disse que o alvará da Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom) só foi concedido às vésperas da abertura do evento, o que considerou uma apologia da ilegalidade. Criticou ainda o fato de o contrato de construção do Metrô prever que a área do evento, o Parque de Exposições, seja entregue à empresa responsável pela obra, a CCR, cuja sigla explicou se referir a "Camargo Correia Rodovias", empresa associada a recentes escândalos políticos. Em seguida, o Senhor presidente pediu que todos tomassem assento para que se desse início às votações do dia. Passando-se à **Ordem do Dia**, foi apreciado o Projeto de Lei n. 299/15 que, após receber, em Plenário, Parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização e de ser aprovado no âmbito dessa mesma Comissão, foi discutido, votado e aprovado até a Redação Final. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei n. 339/15, que recebeu Parecer conjunto favorável, em Plenário, das Comissões de Finanças e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, nas quais foi aprovado. Em 2ª discussão, teve a palavra o vereador Edvaldo Brito, que reiterou ser louvável o objetivo do Projeto mas, observando caber à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) seu exame de admissibilidade para depois ser apreciado seu mérito, apontou-lhe inconstitucionalidade. Inicialmente, observou o fato de ele prever permuta do bem desafetado por imóvel particular, para o qual eram previstos melhoramentos que, somados à sua avaliação geral, perfaziam o valor de 11 mil reais, sendo que seu proprietário era inadimplente com relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), no montante de 1,4 milhão. Afirmou que essa permuta é vedada pelo Código Civil, por envolver bem de uso especial, que é inalienável, e lembrou, como parâmetro, os mecanismos das desapropriações por necessidade ou utilidade pública e interesse social, como a justa e prévia indenização. Considerou que a permuta tratava o bem de uso especial como bem dominical, leu Decreto sobre o assunto e disse que a Lei federal n. 8.666/93, de licitações e contratos, também era desatendida. Pela ordem, o vereador Léo Prates solicitou que a Moção n. 59/15, de sua autoria, fosse retirada do Acordo e que o relatório elaborado por ele e outros edis, sobre as questões trazidas pelo vereador Edvaldo Brito, fosse apensado ao Projeto. Retomada a sua apreciação, o Projeto de Lei n. 339/15 foi aprovado em 2ª discussão, artigo por artigo, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Edvaldo Brito, Gilmar Santiago, Hilton Coelho e Vânia Galvão. Em 3ª discussão, o vereador Edvaldo Brito refutou dispositivo da Lei Orgânica do Município (LOM) constante do relatório fornecido pelo edil Léo Prates, explicando que quem travava da matéria era o Código Civil. Reiterou haver ofensa à CF e à Lei n. 8.666/93, e acrescentou haver desatendimento à LRF, no tocante a renúncia de receita. Concluiu dizendo que, por respeito à Casa, não promoveria a judicialização do Projeto, que via possível em caso de sua aprovação. Findas as discussões, o Projeto de Lei n. 339/15 foi votado e aprovado até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Edvaldo Brito, Gilmar Santiago, Hilton Coelho e Vânia Galvão. Pela ordem, o vereador Léo Prates pediu que, na sequência, os Projetos de vereadores fossem apreciados enquanto as Emendas apresentadas ao Projeto de Lei n. 268/15, do Executivo Municipal, seriam analisadas pela CCJ. Atendida a solicitação, foram discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, os Projetos de Lei n.s 399/15, 401/15, 407/15, 408/15, 409/15, 410/15, 413/15, 414/15, 390/15 e 71/13, este contra os votos dos vereadores Gilmar Santiago e Hilton Coelho. Pela ordem, o vereador Antônio Mário disse ter Emenda a apresentar ao Projeto de Lei n. 71/13, ao que o Senhor presidente respondeu já ter sido aprovado o Projeto, não sendo mais possível a apresentação de emendas, cabendo, apenas, declaração de voto, caso desejasse. Continuando, foram também discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, os Projetos de Resolução n.s 70/15, 71/15, 72/15 e 73/15; e os Projetos de Indicação n.s 418/15, 428/15, 437/15, 439/15 e 497/15, este contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Vânia Galvão e Moisés Rocha, que, em declaração de voto, defendeu uma maior discussão sobre o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e criticou sua forma de composição através de indicações políticas, bem como suas regalias, além do falso moralismo de membros que, quando tiveram a oportunidade, não combateram aquilo que atualmente criticam. Foram também discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, os Projetos de Indicação n.s 500/15, 501/15, 502/15, 504/15, 505/15, 506/15, 507/15, 508/15, 509/15, 510/15, 511/15, 512/15, 513/15, 514/15, 515/15, 516/15, 517/15, 518/15, 519/15, 520/15, 521/15, 522/15, 524/15, 525/15, 526/15, 527/15, 528/15, este contra o voto do vereador Leandro Guerrilha que, em sua declaração de voto, disse que o município de Camaçari tem Câmara Legislativa competente para indicar a construção de uma maternidade na cidade. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza, autora do Projeto, explicou que ele foi fruto de uma audiência pública em que, entre outras questões, discutiu-se sobre o grande número de mulheres que saem da Camaçari para ter seus filhos em maternidades de Salvador. Explicou ainda que endereçou sua Indicação ao governador e que há recurso na Caixa Econômica Federal para a construção indicada. Pela ordem, o vereador Leandro Guerrilha disse entender a preocupação da colega, mas insistiu que a competência seria da Câmara Municipal de Camaçari ou da Assembleia Legislativa do Estado. Pela ordem, o vereador Odiosvaldo Vigas lembrou que Camaçari está situada na Região Metropolitana de Salvador e ressaltou a importância de se entender essa noção geopolítica. Novamente foi retomada a apreciação das Proposições, tendo sido discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, os Projetos de Indicação n.s 529/15, 530/15, 531/15, 534/15 e 535/15; e votadas e aprovadas as Moções n.s 60/15 e 61/15; e os Requerimentos n.s 222/15, 223/15 e 224/15. Foi também votada e aprovada licença do vereador Sabá para o dia 30 de novembro. Em seguida, o Projeto de Lei n. 268/15, que cria o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (PIDI), recebeu Parecer conjunto, pela aprovação, das Comissões de Finanças e de Meio Ambiente, nas quais foi aprovado. Em 2ª discussão, foi também aprovado, artigo por artigo, contra o voto do vereador Edvaldo Brito. Em 3ª discussão, pronunciou-se contrariamente o vereador Edvaldo Brito, que contou haver acompanhado a elaboração da LRF e observou que o Projeto trazia renúncia de receita sem atender os requisitos desse diploma, como a análise do impacto financeiro, além de prever a renúncia por 10 anos, patamar muito maior que o previsto na mesma Lei. Sobre esse último aspecto, questionou se os atuais gestores pensavam em permanecer tanto tempo no poder, e opinou que seriam comprometidas as gestões futuras. Em comunicação inadiável, o vereador Paulo Magalhães Júnior registrou a presença do prefeito de Itacaré, Jarbas Barbosa Barros. Também discutiu o vereador Hilton Coelho, que criticou a renúncia fiscal de cerca de 500 milhões de reais em 10 anos, em um contexto de crise e de cortes orçamentários. Disse que, devido a esses cortes, na Educação está se impondo o fechamento da modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e indagou como então seria possível se renunciar a receita, o que considerou um absurdo, apelando pela coerência na gestão da coisa pública. Disse ainda que o PIDI vai na contramão do IPTU progressivo e da contribuição de melhoria, e que as áreas abarcadas pelo Projeto são de interesse da empresa Odebrecht. Concluiu considerando que o Projeto vai na contramão do urbanismo e dos interesses coletivos, e premia a especulação imobiliária com novos títulos que poderão ser transferidos. Em comunicação inadiável, o vereador Isnard Araújo convocou a bancada Independente e a vereadora Cátia Rodrigues para reunião sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) na quarta-feira, às 14h. Em seguida, as Emendas apresentadas ao Projeto de Lei n. 268/15 foram relatadas conjuntamente pela CCJ e pela Comissão de Finanças, tendo o relator, vereador Claudio Tinoco, manifestado-se pela aprovação das Emendas n.s 1, 2, 3, 4 e 5; e pela rejeição das Emendas n.s 6, 7 e 8. Colhidos os votos, as Emendas n.s 1, 2, 3, 4 e 5 foram aprovadas em ambas as Comissões, tendo as Emendas n.s 6, 7 e 8 sido rejeitadas, contra os votos dos vereadores Everaldo Augusto e Waldir Pires, na CCJ, e Aladilce Souza na Comissão de Finanças, que discutiu a favor das Emendas rejeitadas. Explicou que ela e o vereador Sílvio Humberto haviam realizado audiências públicas sobre o Projeto, através da Comissão de Finanças, e que, do conteúdo dessas discussões, foram elaboradas as Emendas. Observou que Salvador necessita arrecadar, mas a Prefeitura cria renúncia de receita e ainda afeta o comércio da Cidade, o emprego e a renda dos trabalhadores, cuja preservação era objetivo das Emendas. Defendeu que Salvador tivesse uma política tributária ampla, em vez de medidas direcionadas a um ou outro segmento, e explicou que, por tal razão, era contra a Emenda do vereador Claudio Tinoco, voltada apenas à Orla atlântica, enquanto as Emendas que apresentara contemplavam o Subúrbio e sítios históricos. Em seguida, o Projeto de Lei n. 268/15 foi discutido, votado e aprovado, até a Redação Final, com as Emendas n.s 1 a 5, contra os votos dos vereadores Edvaldo Brito e Hilton Coelho. Nas Declarações de voto, o vereador Edvaldo Brito criticou a liberação de 500 milhões de reais quando se precisa de recursos e leu o art. 11 da LRF, que trata dos requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, entre os quais a previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência do ente federativo. Lembrou que renúncia deve se fazer acompanhada das medidas de compensação e que o Projeto aprovado não abarca esses pontos, e afirmou que não se pode rasgar a CF numa Casa Legislativa. Pela ordem, o vereador Antônio Mário disse querer declarar voto sobre o Projeto do vereador Euvaldo Jorge. O Senhor presidente Kiki Bispo explicou que não era possível esse procedimento, e o vereador Antônio Mário replicou explicando que essa possibilidade lhe havia sido concedida pelo presidente Paulo Câmara quando presidia a Sessão. O Senhor presidente disse que ele tivera oportunidades anteriores de se manifestar. Em seguida, retomando-se os **Registros**, o vereador Antônio Mário comentou problemas vividos pelos moradores de Valéria em razão da alteração de roteiros e horários de algumas linhas de ônibus. Pediu apoio à Casa para resolver a situação, que traz prejuízo aos cidadãos, pois alguns motoristas de ônibus não estão cumprindo com os horários, deixando os moradores sem transporte. O vereador Arnando Lessa parabenizou a construtora Consil e seu diretor, Paulo Fábio Lebram, pela inauguração do Shopping Cajazeiras. Explicou que o empreendimento gera 700 empregos diretos com suas 108 lojas, entre cujos proprietários predominam moradores da área, e ainda propicia lazer à população, especialmente para os mais jovens. Contou haver estado no *shopping* e atestado a sua qualidade, que comparou à dos mais sofisticados. O Senhor presidente associou-se em nome da Mesa. Com a palavra, o vereador Euvaldo Jorge disse haver pedido à Secretaria de Mobilidade de Salvador (Semob) informações sobre o problema relatado pelo vereador Antônio Mário. Verificada falta de

quorum, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o Senhor presidente Kiki Bispo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para quarta-feira, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Euvaldo Jorge, Geraldo Júnior, Léo Prates e Paulo Câmara.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR(A) LICENCIADO(A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
TOINHO CAROLINO	30/11 a 2/12/2015	Art.18, inciso II, Res. 910/91
WALDIR PIRES	9/12/2015	Art.18, inciso III, Res. 910/91

PORTARIA Nº. 27/2015

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 10, item 1 da Resolução nº 1060/05, do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia,

RESOLVE:

Designar os servidores **HILTON DE ABREU SANTA RITTA** – mat. 0028, **FERNANDA GABRIELA NORONHA DOS SANTOS** – mat. 6076 e **LUCIANO SANTA BÁRBARA SOUZA** – mat. 6067 para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão que deverá lavrar o Termo de Conferência de Caixa, desta Casa Legislativa, relativa ao exercício financeiro corrente devendo o respectivo termo ser lavrado até o dia 31 de dezembro de 2015.

Esta portaria substitui a de nº 01/2015, publicada no Diário Oficial do Legislativo de 01 de dezembro de 2015, tornando-a sem efeito.

Salvador, 09 de dezembro de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente

PORTARIA Nº. 28/2015

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 10, item 1 da Resolução nº 1060/05, do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia,

RESOLVE:

Designar os servidores **CID ALCÂNTARA SANTOS** – mat. 6074, **DIEGO COSTA GRAMACHO** – mat. 6085 e **ALBERTO SÉRGIO SOUSA BASTOS** – mat. 6096 para, sob a presidência do primeiro, procederam ao inventário dos bens patrimoniais móveis e imóveis, desta Casa Legislativa, lavrando o respectivo termo até o dia 31 de dezembro de 2015.

Esta portaria substitui a de nº 02/2015, publicada no Diário Oficial do Legislativo de 01 de dezembro de 2015, tornando-a sem efeito.

Salvador, 09 de dezembro de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 16/2015

INEXIGIBILIDADE Nº	:	16/2015
PROCESSO CMS	:	1769/2015
CONTRATANTE	:	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
CONTRATADA	:	ALAN DA HORA SILVA CPF Nº 034.100.775-70
OBJETO		Contratação de serviço especializado de Paleografia - transcrição de textos manuscritos antigos referente ao período de 1776 à 1787, com o quantitativo de número de páginas: 489 páginas de livro original e necessário à elaboração do 12º(décimo segundo) volume da série "Atas da Câmara" do acervo do Memorial da CMS.
VALOR TOTAL	:	R$ R$ 4.731,00(quatro mil setecentos e trinta e um reais).
BASE LEGAL	:	Art. 25, inciso II da Lei nº. 8.666/93.
DOT. ORÇAMENTÁRIA	:	01.031.16.2001 – 3.3.90.36.000.
HOMOLOGAÇÃO	:	04/12/2015.

CARLOS ALBERTO FAGUNDES
Diretor Administrativo

PROCESSO: 1846/2015
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS E REFRIGERADOR

Salvador, 04 de dezembro de 2015.

Senhor Presidente, da CMS;

A Comissão Permanente de Licitação da CMS vem, *mui* respeitosamente, perante V. Excelência, conforme instrução do processo administrativo nº 1846/2015, Pregão Eletrônico nº. 37/2015, informar que o objeto licitado foi adjudicado aos 30/11/2015 através da plataforma COMPRASNET.GOV.BR, do Governo Federal.

Por tais razões, e tendo em vista a não interposição de Recurso, nem de outro instrumento, bem como o exaurimento do prazo recursal, encaminhamos estes autos para aferição quanto à sua regularidade e, em sendo o caso, sua HOMOLOGAÇÃO.

Dilson do Espírito Santo Filho
Pregoeiro

Carlos Alberto Fagundes
Diretor Administrativo

À DIRAD;

Considerando a regularidade do procedimento licitatório e a adjudicação feita por este Pregoeiro, HOMOLOGO o Pregão Eletrônico nº 37/2015 – **aquisição de 50(cinquenta) bebedouros e 01(um) refrigerador** para Câmara Municipal de Salvador.

Em, 04 de dezembro de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente/CMS

PROCESSO: 1799/2015
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS PARA ÁGUA E CAFÉ PARA A CMS.

Salvador, 04 de dezembro de 2015.

Senhor Presidente, da CMS;

A Comissão Permanente de Licitação da CMS vem, *mui* respeitosamente, perante V. Excelência, conforme instrução do processo administrativo nº 1799/2015, Pregão Eletrônico nº. 40/2015, informar que o objeto licitado foi adjudicado aos 30/11/2015 através da plataforma COMPRASNET.GOV.BR, do Governo Federal.

Por tais razões, e tendo em vista a não interposição de Recurso, nem de outro instrumento, bem como o exaurimento do prazo recursal, encaminhamos estes autos para aferição quanto à sua regularidade e, em sendo o caso, sua HOMOLOGAÇÃO.

Dilson do Espírito Santo Filho
Pregoeiro

Carlos Alberto Fagundes
Diretor Administrativo

À DIRAD;

Considerando a regularidade do procedimento licitatório e a adjudicação feita por este Pregoeiro, HOMOLOGO o Pregão Eletrônico nº 40/2015 – Aquisição de copos descartáveis para a CMS.

Em, 04 de dezembro de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente/CMS

Suíca diz que STF "jogou balde de água fria no golpista"

Vereador referiu-se ao presidente da Câmara Federal, deputado Eduardo Cunha

A interrupção do trâmite do pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff pelo Supremo Tribunal Federal (STF), até a próxima quarta-feira (16), foi apontada como "um reparo à Constituição Federal" pelo vereador e líder da oposição em Salvador, Luiz Carlos Suíca (PT). Segundo ele, a situação ficou fora de controle na sessão de terça-feira (8) na Câmara Federal. Nesta quarta-feira (9), a bancada baiana no Congresso Nacional deve ampliar a estratégia para acelerar o rito do processo de impeachment e tentar reverter a eleição dos membros da comissão especial que vai debater o assunto.

"Parei para assistir a sessão e me surpreendi, primeiro como os casos são narrados, segundo, pela sequência de golpes regimentais que o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), promoveu. Voto secreto, corte de áudio e da TV Câmara dos parlamentares governistas, que tentavam se defender em plenário, e depois com clima de terror na votação. Se os governistas não tivessem reagido seria ainda pior para o governo Dilma", aponta Suíca.

Ainda conforme o vereador, "todo esse alvoroço é para frear as investigações de corrupção que estão em curso". Para o petista, a imprensa passaria a cobrir a composição de um novo governo e deixaria de lado as matérias sobre as investigações. "Isso é sério, já tem até prévia de quadro ministerial de Michel Temer, o vice traído, mas foi bom que o STF entendeu que aconteceu um golpe à Constituição e suspendeu o trâmite do processo de impeachment atendendo um pedido de liminar do PCdoB. Jogando um balde de água fria no golpista Eduardo Cunha", completa.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereador Suíca

A decisão do STF foi dada pelo ministro Luiz Edson Fachin e impede que a Câmara dos Deputados instale a comissão especial do impeachment até a decisão do Supremo sobre a validade da 1.079/50, que regulamenta as normas de processo e julgamento do impeachment. Na sessão de votação da terça-feira, a Câmara elegeu para a comissão a chapa 2, intitulada Unindo o Brasil, por 272 votos contra 199 da chapa oficial.

Centro de Cultura sedia curso na área de saúde bucal

Evento destaca contaminação nos consultórios odontológicos e reforça necessidade de higiene





Evento de saúde movimenta Centro de Cultura

O Centro de Cultura da Câmara sediou, na manhã de quarta-feira (9), um curso promovido pela Vigilância Sanitária do Centro Histórico. O tema central da atividade foi "Segurança sanitária no serviço de odontologia".

Os temas abordados pelos palestrantes foram as contaminações nos consultórios, o gerenciamento de resíduos, o manejo de esterilização, a área física e os serviços de raios-X. Os participantes foram dentistas ou donos de consultórios. O debate contou com a palestra da médica infectologista Isabela Nóbrega, da arquiteta Ana Carolina Costa, da bióloga Patrícia Pereira e da odontóloga Luciana Almeida.



Durante o curso foram mostrados slides sobre controle do nível de contaminação nos consultórios particulares. A palestrante Isabela Nóbrega, especialista em infectologia, afirmou que "os índices de doenças infectocontagiosas adquiridas dentro dos consultórios têm crescido muito por falta de cuidado de alguns profissionais, colocando em risco a sua própria vida e a do paciente".

Outras palestras serão realizadas em breve. A responsável pela Vigilância Sanitária do Centro Histórico, Ana Leiro, coordenou o evento.